

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Estudo Técnico Preliminar 50/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23076.100.821/2025-93

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para realização da Construção da obra de Acessibilidade Física da Faculdade de Direito do Recife, vinculada ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco. A obra compreende uma área total de intervenção de aproximadamente 9.704,03 m². A contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Projetado pelo arquiteto francês Gustave Varin, o prédio da Faculdade do Direito do Recife, de estilo eclético, foi inaugurado em 11 de dezembro de 1911. Em que pese suas notórias qualidades arquitetônicas, a edificação possui diversos pontos inacessíveis, o que inviabiliza o pleno uso por pessoas com deficiência.

Nesse sentido, em relatório técnico, as arquitetas Ana Tereza de Assis Santos e Gabriele Lucas Barbosa, no ano de 2022, apontam as seguintes inadequações e incompatibilidades com as normas técnicas de acessibilidade e legislações correlatas:

- (i) Inadequações na rota acessível, tendo em vista a existência de desníveis sem tratamento adequado e presença de piso trepidante;
- (ii) Inadequações nos acessos, haja vista, principalmente, a ausência de rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical, ausência de corrimãos e guarda-corpos ou presença com alturas em desacordo com a norma, presença de desníveis, ausência de sinalizações, piso com material trepidante, ausência de vinculação clara a uma rota acessível, dentre outros pontos;
- (iii) Inadequações no estacionamento, tendo em vista a ausência de vinculação a uma rota acessível, ausência de vagas reservadas nos percentuais indicados pela legislação e ausência de sinalização vertical de acordo com as normas técnicas;
- (iv) Inadequações na circulação vertical, tendo em vista a ausência de: corrimãos, sinalização de pavimento, sinalização de piso tátil e visual no piso, sinalização fotoluminescente de degrau e guarda-corpo em alturas inadequadas;
- (v) Inadequações nos anfiteatros, nas salas de aula e nos auditórios, tendo em vista a existência de palcos sem tratamento de desníveis e ausência de assentos reservados;

- (iv) Inadequações na biblioteca, haja vista a ausência de reserva de mesas de estudo acessíveis;
- (vi) Existência de balcões de atendimento em desconformidade com as normas técnicas vigentes;
- (vii) Presença de desníveis sem tratamento, bem como portas em desacordo com as normas técnicas vigentes;
- (ix) Sanitários em desacordo com as normas de acessibilidade vigentes;
- (x) Mapas acessíveis desatualizados.

Esse estado atual da edificação contraria o ordenamento jurídico, em especial a Constituição da República, que garante a todos o direito à educação e ao trabalho, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

Um ponto relevante a se destacar é o fato de que a Faculdade de Direito do Recife é um prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tendo sido inscrito, em seis de agosto de 1980, no Livro do Tombo Histórico, folha 83, sob o n. 480 e a folha 3, sob o n. 544, do Livro do Tombo das Belas Artes Volume Segundo.

Assim, intervenções de acessibilidade na edificação possuem uma camada a mais de complexidade, haja vista que, além de respeitarem o patrimônio material constituído, deverão passar pelo crivo do IPHAN, autarquia responsável pela preservação do prédio.

Delineado este contexto, almeja-se, com a presente contratação, solucionar, dentro das normas técnicas vigentes, os diversos pontos da edificação inacessíveis cuja resolução é tecnicamente viável.

Dessa maneira, a presente contratação possui os seguintes objetivos:

- I. A promoção do direito à igualdade de oportunidades e a garantia da dignidade a todas as pessoas.
- II. A promoção, na Faculdade de Direito do Recife, da Acessibilidade, definida pela ABNT 9050/2020 como a:

“possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.”
- III. O acolhimento adequado de todo o público que frequenta a Faculdade de Direito do Recife, especialmente pessoas com deficiência, idosos, gestantes e obesos.

- IV. A promoção, na Faculdade de Direito do Recife, do Desenho Universal, caracterizado pela ABNT 9050/2020 como uma arquitetura e design centrado no ser humano, visando o atendimento ao maior número de usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor ergonomia para todos.
- V. A observância dos sete princípios de Desenho Universal: uso equitativo, uso flexível, uso simples e intuitivo, informação de fácil percepção, tolerância ao erro, baixo esforço físico e, por fim, dimensão e espaço para aproximação e uso.
- VI. A supressão de barreiras, especialmente as arquitetônicas, definidas como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (Lei 13.146/15, Art. 2º, 3º, IV).
- VII. A adoção de medidas que favoreçam, a todos os estudantes o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem na Faculdade de Direito do Recife;
- VIII. A garantia do acesso à educação superior a todos os estudantes com deficiência, em plena igualdade com as demais pessoas;
- IX. A promoção do direito à cultura e ao lazer, no âmbito da Faculdade de Direito do Recife;
- X. A promoção ao direito ao trabalho digno, por meio da concepção de ambientes acessíveis para professores e técnicos administrativos em educação;
- XI. O atendimento ao artigo 57 da Lei 13.146/15, o qual determina que “As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.”

Por fim, aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

Licitações e contratos administrativos

1. Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
2. Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);

3. Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

Proteção ambiental

1. Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil).

Acessibilidade

1. NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos);
2. NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

Estruturas de concreto armado

1. ABNT NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);
2. ABNT NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento);
3. ABNT NBR 6122 (Projeto e execução de fundações).

Instalações elétricas

1. NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão).

Instalações hidrossanitárias

1. NBR 8160 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução);
2. NBR 5626 (Instalação predial de água fria).

Normas regulamentadoras (NR)

1. NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);
2. NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);
3. NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes e assédio - CIPA);
4. NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);
5. NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);
6. NR 8 (Edificações);
7. NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);

8. NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);
9. NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);
10. NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);
11. NR 17 (Ergonomia);
12. NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);
13. NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);
14. NR 26 (Sinalização de segurança);
15. NR 28 (Fiscalização e penalidades).

Outras normas técnicas aplicáveis

1. Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei nº 16.176/96);
2. Código de Obras da Cidade do Recife (Lei nº 16.292/97).

Ressaltamos que o rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade dos projetistas e da empresa contratada a observância de outras legislações e/ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);
- 4.2. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;
- 4.3. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;
 - (a) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;
 - (b) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

- (c) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - (d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
 - (e) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;
 - (f) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;
- 4.4. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;
- 4.5. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;
- 4.6. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;
- 4.7. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;
- 4.8. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;
- 4.9. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;
- 4.10. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;
- 4.11 A contratada deverá, antes de realizar qualquer serviço, confirmar as cotas constantes nos projetos executivos de arquitetura e complementares de engenharia. Em caso de divergências, o profissional projetista deverá ser acionado para deliberar a respeito de eventuais alterações necessárias.
- 4.12. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico e no Termo de Referência da contratação;
- 4.13 Os projetos desenvolvidos deverão estar em perfeita compatibilidade com as normas técnicas vigentes e aplicáveis ao objeto da contratação;
- 4.14 Os responsáveis técnicos pelos projetos deverão emitir ART ou RRT, conforme o caso, junto ao respectivo conselho profissional;
- 4.15 As soluções previstas somente poderão ser executadas mediante prévia e expressa aprovação do IPHAN.

5. Levantamento de Mercado

A necessidade de promover a plena acessibilidade na Faculdade de Direito do Recife configura obrigação legal expressa, decorrente do artigo 57 da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que determina que todas as edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade em todas as suas dependências e serviços, observadas as normas técnicas vigentes.

Nesse contexto, a Universidade não dispõe de discricionariedade para deixar de promover as intervenções necessárias. A permanência das barreiras arquitetônicas constatadas — tais como desníveis sem tratamento, ausência de rotas acessíveis contínuas, inadequações na circulação vertical, ausência de rampas ou equipamentos de transporte vertical, sanitários em desacordo com a norma, entre outras — inviabiliza o uso seguro, autônomo e igualitário do edifício por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, configurando afronta direta à Constituição da República, as normas de acessibilidade e à legislação vigente.

A construção de nova edificação, a transferência de atividades para outro espaço ou qualquer solução substitutiva não atende ao dever legal imposto à Administração. Isso porque o imóvel da Faculdade de Direito do Recife, além de bem público federal, é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e sua preservação compreende, necessariamente, sua manutenção, conservação e pleno uso social. Assim, a edificação existente deve permanecer funcional, acessível e disponível ao público, de modo que sua inadequação não pode ser suprida pela criação de outro espaço físico. Também não se admite a mera descontinuidade de uso, uma vez que a obrigação de tornar acessível o bem tombado permanece, independentemente de realocação eventual das atividades acadêmicas.

Dessa forma, considera-se que a execução da reforma de acessibilidade na própria edificação é a melhor alternativa capaz de atender ao ordenamento jurídico, às necessidades institucionais da Universidade e ao dever de garantir o uso universal, seguro e digno do imóvel tombado.

Por fim, é necessário destacar que o mercado local conta com diversas empresas de engenharia e construção civil habilitadas para executar obras de pequeno e médio porte, incluindo intervenções de acessibilidade, reformas e adaptações em edificações existentes, de modo que não haverá empecilhos à ampla competitividade do futuro certame licitatório.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta pela arquiteta Gabriele Lucas Barbosa contempla, essencialmente, as seguintes intervenções:

- (i) Indicação de rotas acessíveis;
- (ii) Inclusão de vagas acessíveis para idosos, gestantes e PCDs no estacionamento;
- (iii) Construção de calçada em concreto;
- (iv) Instalação de plataforma elevatória;

- (v) Previsão de elementos para garantir a altura mínima de 1,10 metros do guarda-corpo;
- (vi) Previsão de pisos táteis nos locais indicados;
- (vii) Requalificação de escadas existentes, prevendo a instalação de corrimãos, sinalizadores para degrau, pisos táteis e placa de identificação de pavimento;
- (viii) Reforma de sanitários, para torná-los acessíveis;
- (ix) Tratamento de desníveis;
- (x) Substituição de mesas existentes no laboratório de informática por modelos acessíveis;
- (xi) Substituição de balcão de atendimento da biblioteca por modelo acessível;
- (xii) Previsão de terminais de consulta e mesas acessíveis na biblioteca;
- (xiii) Previsão de assentos reservados acessíveis;
- (xiv) Demolição de bancadas existentes e reconstrução segundo as normas de acessibilidade;

Dessa forma, a solução prevista enquadra-se nos seguintes critérios:

Trata-se da execução de obra, definida pelo artigo 6º, XII, da lei 14.133 /21 como “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel”.

Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 6º, XVII, da Lei 14133/21, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”.

Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de execução indireta, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018.

Ademais, o regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço unitário.

No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 150 dias.

Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste documento não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A obra de Acessibilidade Física da Faculdade do Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco compreende uma área total de intervenção de aproximadamente 9.704,03 m², incluindo, principalmente, os seguintes ambientes:

7.1 Área externa

Acesso principal, com área estimada de 147 m²;

Acesso posterior, com área estimada de 34,40 m²;

Rampa lateral, com área estimada de 17,41 m²;

Estacionamento principal, com área estimada de 927,00 m²;

Estacionamento posterior, com área estimada de 1.038,00 m²

7.2 Nível 0 – Porão

Hall acessível, com área estimada de 46,37 m²;

Circulação central, com área estimada de 343,43 m²;

WC feminino, com área estimada de 8,57 m²;

Laboratório de informática, com área estimada de 50,11 m²;

Cantina, com área estimada de 56,76 m²;

Secretaria Direito Público Geral Processual – I Departamento, com área estimada de 31,08 m²;

Biblioteca, com área estimada de 77,19 m²;

Coordenação/Escolaridade, com área estimada de 38,26 m²;

Secretaria Teoria Geral do Direito e Direito Privado – III Departamento, com área estimada de 33,12 m²;

Secretaria Direito Público Especializado – II Departamento, com área estimada de 29,97 m²

7.3 Nível 1 – Principal

Hall, com área estimada de 174,07 m²;

Circulação central, com área estimada de 405,53 m²;

Escadas – pátio central, com área estimada de 39,22 m²;

Auditório, com área estimada de 82,20 m²;

WC feminino, com área estimada de 26,43 m²;

WC masculino, com área estimada de 21,85 m²;

WC masculino acessível, com área estimada de 4,62 m²

7.4 Nível 3

Circulação central, com área estimada de 405,63 m²;

Biblioteca, com área estimada de 171,37 m²;

Atendimento biblioteca, com área estimada de 31,48 m²;

WC masculino, com área estimada de 4,57 m²;

WC feminino, com área estimada de 4,60 m²;

Galeria 1 – Salão Nobre, com área estimada de 71,10 m²;

Galeria 2 – Salão Nobre, com área estimada de 71,10 m²;

Escada 1, com área estimada de 8,88 m²;

Escada 2, com área estimada de 9,02 m²

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.315.379,89

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento elaborado pela Divisão de Orçamento da SPO, o montante de **R\$ 1.315.379,89 (UM MILHÃO, TREZENTOS E QUINZE MIL, TREZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado.

Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da

alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

(Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009)

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra, até o momento, a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2026, no item 6.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se que, após a conclusão da obra, a Faculdade de Direito do Recife possua ambientes acessíveis, em atendimento às normas de acessibilidade vigentes, sendo garantido o direito de transitar livremente a estudantes, técnicos administrativos, professores e visitantes.

13. Providências a serem Adotadas

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que a Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A obra de Acessibilidade Física da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.

C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

(a) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

(b) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(c) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto no presente documento, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação



Emitido em 02/12/2025

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 27/2025 - DPP (11.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 10/12/2025 13:54)
GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO
TECNICO EM EDIFICACOES
DE SPO (11.02.06)
Matrícula: ###601#3

(Assinado digitalmente em 10/12/2025 15:38)
MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA
DIRETOR
DPP (11.02.04)
Matrícula: ###330#6

(Assinado digitalmente em 10/12/2025 16:29)
NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI
ARQUITETO E URBANISTA
CA SPO (11.02.05)
Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **27**, ano: **2025**, tipo:
ESTUDO TECNICO PRELIMINAR, data de emissão: **02/12/2025** e o código de verificação: **64ef57f441**